

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2018

DENOMINAÇÃO: TERRAMAR – Associação de Solidariedade Social de Vila Chã

MORADA: Rua Padre Ventura

N. 20 **ANDAR** r/c **LOCALIDADE** Vila Chã

FREGUESIA Vila Chã

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4485 - 750

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: _____ , _____ , _____

ASSINATURAS: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	105 235,58	107 362,99
Investimentos financeiros	11.15	198,15	133,71
		105 433,73	107 496,70
Activo corrente			
Inventários	6	75,71	37,39
Créditos a receber	11.2	1 267,07	1 047,08
Estado e outros entes públicos	11.8	816,80	653,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.1	3 510,00	2 662,50
Diferimentos	11.3	371,99	207,17
Outros ativos correntes	11.4	1 000,00	3 847,16
Caixa e depósitos bancários	11.5	22 013,48	19 971,79
		29 055,05	28 426,37
Total do ativo		134 488,78	135 923,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	2 334,40	2 334,40
Resultados transitados	11.6	96 120,81	84 307,17
		98 455,21	86 641,57
Resultado líquido do período		5 054,69	11 813,64
Total dos fundos patrimoniais		103 509,90	98 455,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	22 910,75	30 301,14
		22 910,75	30 301,14
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	1 096,49	755,03
Estado e outros entes públicos	11.8	913,70	806,68
Diferimentos	11.3	45,00	135,00
Outros passivos correntes	11.9	6 012,94	5 470,01
		8 068,13	7 166,72
Total do passivo		30 978,88	37 467,86
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		134 488,78	135 923,07

A Direcção

O Contabilista Certificado

TERRAMAR - ASSOC. SOLID. SOCIAL VILA CHA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 507381319

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	7	36 215,26	40 260,17
Subsídios, doações e legados à exploração	11.10	34 417,54	34 972,30
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-6 498,58	-6 307,07
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-20 089,04	-19 170,14
Gastos com o pessoal	9	-41 848,68	-39 577,61
Outros rendimentos	11.12	5 519,40	4 408,16
Outros gastos	11.13	-84,91	-82,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 630,99	14 503,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-2 245,25	-2 243,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 385,74	12 259,44
Juros e gastos similares suportados	11.14	-331,05	-445,80
Resultados antes de impostos		5 054,69	11 813,64
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		5 054,69	11 813,64

A Direção

O Contabilista Certificado

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro de Convívio	PERÍODOS	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	36 215,26	36 215,26	40 260,17
Custo das vendas e dos serviços prestados	6, 11.11 e 9	-56 463,37	-56 463,37	-54 811,51
Resultado Bruto		-20 248,11	-20 248,11	-14 551,34
ISS, IP - Centro Distrital	8	14 596,35	14 596,35	14 613,72
Outros Rendimentos	11.10 e 11.12	25 340,59	25 340,59	24 766,74
Gastos administrativos	11.11 e 4	-14 218,18	-14 218,18	-12 486,92
Outros Gastos	11.13	-84,91	-84,91	-82,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 385,74	5 385,74	12 259,44
Gastos de financiamento (líquidos)	11.14	-331,05	-331,05	-445,80
Resultado antes de impostos		5 054,69	5 054,69	11 813,64
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		5 054,69	5 054,69	11 813,64

A Direção

O Contabilista Certificado



TERRAMAR - ASSOC. SOLID. SOCIAL VILA CHA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		35 033,71	41 027,20
Pagamentos a fornecedores		-21 700,80	-21 270,60
Pagamentos ao pessoal		-25 754,33	-30 220,06
Caixa gerada pelas operações		-12 421,42	-10 463,46
Outros recebimentos/pagamentos		16 896,73	19 314,57
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4 475,31	8 851,11
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-129,99	0,00
Investimentos financeiros		-69,38	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		24,80	68,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-174,57	68,16
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		5 462,39	3 740,07
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-7 390,39	-7 293,33
Juros e gastos similares		-331,05	-554,54
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-2 259,05	-4 107,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 041,69	4 811,47
Caixa e seus equivalentes no início do período		19 971,79	15 160,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		22 013,48	19 971,79

A Direção

O Contabilista Certificado

**TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL DE
VILA CHÃ**

Anexo às demonstrações financeiras de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Custos de Empréstimos Obtidos	11
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	13
11.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	13
11.2	Créditos a receber	13
11.3	Diferimentos	13
11.4	Outros ativos correntes	13
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.6	Fundos Patrimoniais	14
11.7	Fornecedores	14
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.9	Outros passivos correntes	15
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.11	Fornecimentos e serviços externos	15
11.12	Outros rendimentos	16
11.13	Outros gastos	16
11.14	Resultados Financeiros	16
11.15	Investimentos Financeiros	16
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

A TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA CHA é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 149, Série III, com sede na Rua Padre Ventura Teixeira, 20 r/c, 4485 – 750 Vila Chã, Vila do Conde. Tem como objetivos contribuir para o bem-estar da comunidade, desenvolvendo estruturas e atividades de proteção à infância e à juventude, à família, à comunidade e população ativa, aos idosos e deficientes, tendo como âmbito de ação a freguesia de Vila Chã e freguesias vizinhas do concelho de Vila do Conde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às

atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento Administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Imposto Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Terrenos e Recursos Naturais	18 750,00				18 750,00
Edifícios e Outras Construções	112 180,48				112 180,48
Equipamento Básico	5 898,55	117,84			6 016,39
Equipamento de Transporte	18 012,00				18 012,00
Equipamento Administrativo	980,00				980,00
Activo Tangível Bruto	155 821,03	117,84	0,00	0,00	155 938,87
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	23 567,49	2 243,61			25 811,10
Equipamento Básico	5 898,55	1,64			5 900,19
Equipamento de Transporte	18 012,00				18 012,00
Equipamento Administrativo	980,00				980,00
Depreciações Acumuladas	48 458,04	2 245,25	0,00	0,00	50 703,29
Activo Tangível Líquido	107 362,99	-2 127,41	0,00	0,00	105 235,58

5 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	22 910,75	22 910,75	0,00	30 301,14	30 301,14
Total	0,00	22 910,75	22 910,75	0,00	30 301,14	30 301,14

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

RÚBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	75,71	37,39
Total	75,71	37,39

A instituição apresenta um inventário reduzido, uma vez que, as refeições são fornecidas por uma empresa de catering registadas na conta 621-Subcontratos.

Inventários gastos do período:

MOVIMENTOS	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	37,39	0,00
Compras	853,03	741,27
Doações	5 683,87	5 603,19
Saldo Final	75,71	37,39
Gastos do Período	6 498,58	6 307,07

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de Serviços	36 215,26	40 260,17
Quotas do Utilizadores	24 935,26	29 827,67
Quotas e Jóias	11 280,00	10 432,50
Juros	24,80	68,16
Outras Aplicações	24,80	68,16
Total	36 240,06	40 328,33

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2018				2017		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			14 596,35			14 613,72
Junta Freguesia Vila Chã	Não Reembolsável			1 000,00			1 000,00
Camara Municipal de Vila do Conde	Não Reembolsável			7 500,00			7 500,00
IEFP	Não Reembolsável			0,00			2 515,32
Total		0,00	0,00	23 096,35	0,00	0,00	25 629,04

9 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais são compostos por 16 elementos, a Direção é constituída por 8 elementos, o Conselho Fiscal por 5 e a Assembleia-Geral por 3. Este número manteve-se inalterado quer em 2018 quer em 2017.

O número pessoas ao serviço da Entidade quer em 2018 quer em 2017 foi de 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Remunerações ao pessoal	34 174,51	32 264,62
Encargos sobre as Remunerações	7 176,14	6 765,12
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	498,03	490,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	57,87
Total	41 848,68	39 577,61

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Quotas	3 510,00	2 662,50
Total	3 510,00	2 662,50

11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	1 267,07	1 047,08
Total	1267,07	1047,08

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	371,99	207,17
Total	371,99	207,17
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	45,00	135,00
Total	45,00	135,00

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Instrumentos Financeiros		
Crédito Agrícola	1 000,00	1 000,00
Pessoal		
Remunerações a pagar	0,00	2 847,16
Total	1 000,00	3 847,16

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	6 605,40	5 684,19
Depósitos à Ordem	15 408,08	14 287,60
Total	22 013,48	19 971,79

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 334,40			2 334,40
Resultados Transitados	84 307,17	11 813,64		96 120,81
Total	86 641,57	11 813,64	0,00	98 455,21

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	1 096,49	755,03
Total	1 096,49	755,03

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Iva - A recuperar	816,80	653,28
Total	816,80	653,28
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	128,00	104,50
Segurança Social	779,89	690,01
Fundos compensação (FCT e FGCT)	5,81	12,17
Total	913,70	806,68

11.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Credores por Acréscimo de Gastos	5 912,94	5 470,01
Remunerações a Liquidar	5 677,17	5 295,42
Outras Despesas Diferidas	235,77	174,59
Outros devedores e credores	100,00	0,00
Outros	100,00	0,00
Total	6 012,94	5 470,01

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	23 096,35	25 629,04
Doações e heranças	11 321,19	9 343,26
Total	34 417,54	34 972,30

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

A rubrica “doações e heranças” engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos - Gertal	8 116,11	8 926,83
Serviços especializados	1 827,11	2 169,60
Materiais	767,33	667,81
Energia e fluidos	4 246,41	3 541,94
Serviços diversos	4 738,33	3 735,29
Encargos com os Utentes	393,75	128,67
Total	20 089,04	19 170,14

11.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	5 494,60	4 340,00
Juros	24,80	68,16
Total	5 519,40	4 408,16

11.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Gastos e Perdas	84,91	82,76
Total	84,91	82,76

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Gastos de financiamento		
Juros Suportados	331,05	445,80
Total	331,05	445,80
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	24,80	68,16
Total	24,80	68,16
Resultados Financeiros	-306,25	-377,64

11.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos Financeiros		
FCT	198,15	133,71
Total	198,15	133,71

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

- Centro de dia: 14


11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Chã, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção
